

Por uma nova imagem da América Latina

Ry7

JOSÉ SARNEY

O GLOBO

23 MAI 1996

A América Latina sempre esteve indissolúvelmente ligada, no imaginário mundial e especialmente no europeu, à idéia do exotismo, ao culto da diferença. Desde o final do século XV, quando o continente fez sua entrada na História ocidental, não cessou de ser objeto de uma curiosidade mesclada com a cobiça que, naturalmente, todas as fontes reais ou potenciais de riqueza despertam. Em geral, havia, de um lado, digamos neutro, idéias que se vinculavam ao exotismo e ao *dépaysement* e, de outro, digamos negativo, idéias que se vinculavam à sobre-exploração dos homens e da natureza, em tradução mais ou menos correta do sistema de exploração colonial de que fomos objeto. E não há praticamente “lado positivo” nesse imaginário. A América do Norte — os Estados Unidos e o Canadá — é que concentrou as imagens positivas, entre elas a das oportunidades oferecidas aos imigrantes para construir um novo mundo, mais livre e mais igualitário.

Nesse quadro, coloca-se a questão: no mundo da globalização, essas imagens são suficientes para estabelecer as relações necessárias entre as regiões, as economias, os povos?

O conceito de globalização parece ter substituído o de guerra fria para descrever a realidade internacional de nossos dias. Trata-se certamente de uma impre-

cisão, pois a guerra fria é um fenômeno principalmente político e estratégico, enquanto que a globalização é um fenômeno sobretudo econômico. O que aconteceu é que o fim da guerra fria deixou a globalização como único fenômeno internacional capaz de organizar as relações entre as regiões, os Estados e os agentes econômicos.

O fenômeno da globalização impõe-nos certa mudança na mecânica das imagens. Essas imagens devem aproximar-se da realidade muito mais do que o faziam há 20 ou 30 anos — ou um século.

Uma nova imagem da América Latina, que ajude a entender nosso continente de acordo com as necessidades de informação da idade da globalização, deveria centrar-se em três grandes campos em que as transformações operadas foram tão profundas que mudaram o curso da história da região de forma definitiva.

O primeiro campo é o da democracia. O segundo, o da integração econômica. O terceiro, o da reforma econômica a partir do esgotamento do modelo de crescimento econômico anterior, o da “substituição de importações”, e da proteção do mercado interno.

Refiro-me à América Latina na qualidade de ator do processo que trouxe de volta a vida democrática ao Brasil em meados dos anos 80. Sei do que falo. Posso dar testemunho do trabalho de construção paciente e cuidadoso que se exigia dos que se encontravam à frente do país

para que ele chegasse ao que é hoje: uma democracia vigorosa, um regime de liberdade plena, onde a imprensa é tão ou mais livre quanto em qualquer outro lugar do mundo, onde os partidos políticos se alternam no poder em todos os níveis, onde a sociedade se organizou e participa da vida política e administrativa como nunca o fez, onde todos os atos do Governo são submetidos à vigilância minuciosa, onde a corrupção e os abusos de um presidente foram exemplarmente punidos pelo seu *impeachment* sem que as instituições tenham sofrido qualquer choque.

Se hoje se pode dizer que na América Latina a democracia é uma das forças motoras das relações internacionais — sendo a outra a liberdade econômica — isso só ocorre porque nosso continente provou ser possível fazer uma passagem maciça de um sistema político fechado e autoritário a um sistema político democrático e participativo.

Apesar de os países desenvolvidos terem dificuldade em reconhecê-lo, a América Latina esteve na vanguarda do movimento democrático dos anos 80. A Europa do Leste a seguiu de maneira mais instável e conflitiva.

Sequer se pode dizer que o processo tenha sido concluído nas antigas repúblicas soviéticas — sem contar, é claro, com a antiga Iugoslávia.

Qual é então a importância da democracia no mundo da globalização e por

que é tão importante levá-la em conta?

A democracia, no Brasil e em outros países da região, traduz-se por estabilidade social e política e em garantia de que numerosos conflitos característicos de uma sociedade em transformação serão tratados por um mecanismo que tenda à convergência e não à desintegração do tecido social e político.

Graças à democracia, a integração regional na América Latina, de que o Mercosul é o exemplo mais completo, pode ser a resposta dada não apenas aos desafios da globalização, mas ainda à necessidade de uma política econômica que ocupe o lugar do antigo modelo de substituição de importações.

Foi estabelecido um novo modelo, cuja eficácia é medida, entre outros indicadores, pelo aumento do fluxo de comércio entre os países-membros. Os intercâmbios entre o Brasil e a Argentina, por exemplo, que eram de cerca de US\$ 2 bilhões há quatro anos, atingiram cerca de US\$ 10 bilhões em 1995.

A democracia teve ainda um impacto direto nas reformas estruturais de que a região, e especialmente o Brasil, precisavam. É verdade que a reforma econômica pode ser feita em ambiente autoritário — é o que fez o Chile, é também de certa forma o que fez o México de Salinas. Mas para um país da complexidade política, social e regional do Brasil, nenhum processo de reforma poderia sustentar-se fora de um quadro de legitimidade demo-

crática e sem que esse processo seja o resultado de uma negociação entre os diferentes setores e interesses envolvidos.

Utopia, mito, sonho? Não mais. É o que começamos a ver. Trata-se de um processo em andamento, uma longa marcha, mas que não se encontra mais em sua fase inicial.

Pergunto-me, entretanto, se esse processo é bem entendido nos países desenvolvidos, se é possível distinguir as nuances, as sutilezas.

É preciso que os países desenvolvidos entendam o alcance de um empreendimento tal como o Mercosul, que comparem as dimensões e os dados objetivos de cada país da região, para evitar as generalizações e as imprecisões que terão um impacto sobre decisões importantes; que apóiem o processo de reformas, mesmo que ele ainda não tenha sido capaz de mudar inteiramente a realidade econômica e social na velocidade desejada.

É preciso que tenham uma visão de longo alcance, e entendam que a cooperação e os intercâmbios comerciais e tecnológicos com os outros centros do mundo desenvolvido são indispensáveis à consolidação do processo na América Latina. Em resumo: que sejam capazes de passar das imagens à compreensão objetiva da realidade.

JOSÉ SARNEY é presidente do Senado.